

De como o feminismo modificou a sociedade e a ciência: avanços e impasses

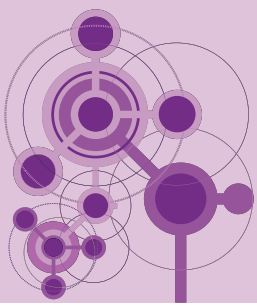
Of how feminism changed society and science: advances and challenges

Sobre cómo el feminismo cambió la sociedad y la ciencia: avances e impasses



Eva Alterman Blay

- Pós-doutorado pela École des Hautes Études em Sciences Sociales, Paris, França.
- Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP).
- Professora emérita pela USP.
- Senadora da República entre 1992 e 1995.
- Coordenadora do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero.
- Ex-Coordenadora da Agência USP Mulheres.
- Recebeu o Prêmio Florestan Fernandes pela Sociedade Brasileira de Sociologia.
- E-mail: eblay@usp.br



Resumo

Neste artigo, recupera-se a histórica resistência à incorporação dos conceitos de mulher e gênero pela Sociologia e nas Ciências. Analisa-se a introdução de um novo paradigma com a entrada da mulher e do gênero, seja como pesquisadora, seja no desenho da pesquisa, e alerta-se para a resistência do conservadorismo aos novos conhecimentos e à liberdade científica e política.

PALAVRAS-CHAVE: GÊNERO • MULHER • CIÊNCIA • FEMINISMO • SOCIEDADE.

Abstract

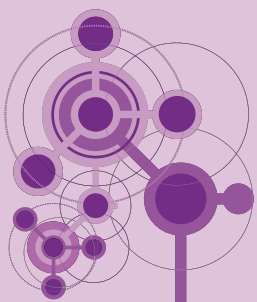
This article recovers the historical resistance to the incorporation of the concepts of woman and gender by Sociology and in the Sciences. It analyzes the introduction of a new paradigm with the entry of woman and gender, be it as researcher, be it in the research design, and alerts to the resistance of conservatism to the new knowledges and to scientific and political freedom.

KEYWORDS: GENDER • WOMAN • SCIENCE • FEMINISM • SOCIETY.

Resumen

Este artículo recupera la histórica resistencia a la incorporación de los conceptos de mujer y género por la Sociología y en las Ciencias. Se analiza la introducción de un nuevo paradigma con la entrada de la mujer y del género, ya sea como investigadora o en el diseño de investigación, para llamar la atención a la resistencia del conservadurismo a los nuevos conocimientos y a la libertad científica y política.

PALABRAS CLAVE: GÉNERO • MUJER • CIENCIA • FEMINISMO • SOCIEDAD.



INTRODUÇÃO

Embora atualmente os temas mulher e gênero estejam fartamente abordados pela mídia, só recentemente passaram a ser objeto da Sociologia e das Ciências em geral. O tema “*sex-roles and social policy*” foi censurado em 1970 no 7º Congresso da Associação Internacional de Sociologia (ISA), realizado em Varna, Bulgária, quando às proponentes pesquisadoras foi negada uma sessão para apresentar seus trabalhos (Boulding, 1979).

Depois de muita insistência, conseguiram um espaço na sessão sobre raça, na qual tiveram que dividir as apresentações com outros pesquisadores. Visivelmente, os dois temas – mulher e raça – eram subqualificados no mundo da Sociologia de então.

Elise Boulding, Andrée Michel e Jean Lipman-Blumen, as proponentes, organizaram-se e, insistentes, conseguiram que, na reunião seguinte da ISA (8º Congresso) em Toronto, Canadá, houvesse um “*research committee*” específico sobre a questão dos “papeis sexuais na sociedade”. Esse histórico consta na introdução escrita por Elise Boulding em um livro de 404 páginas, cuja publicação foi um *mix* internacional editado por Jean Lipman-Blumen e Jessie Bernard em 1979.

Elas procuraram reunir, além das apresentações do 8º Congresso da ISA, outros estudos esporádicos que começavam a ser produzidos na Suécia, Noruega, Jordânia, Índia, França, Europa Oriental¹ e Estados Unidos da América do Norte.

Atualmente, passados mais de 50 anos daquela ruptura acadêmica, será que o tema “mulher/gênero” é aceito pacificamente pelas Ciências e pela sociedade no Brasil e em outras partes do mundo?

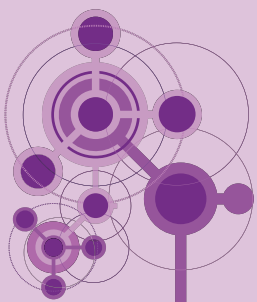
Sem a intenção de responder exaustivamente a esta questão, algumas reflexões no caso brasileiro apontam para três perspectivas: a) houve significativas mudanças legislativas; b) há tensões e conflitos no campo dos valores sociais e costumes; e c) tem crescido a incorporação do feminismo em todas as áreas científicas.

No campo dos avanços legislativos, pode-se afirmar que a mulher na sociedade brasileira só começa a *existir* como cidadã quando ganha um status explícito na lei². São muito recentes as conquistas do direito ao voto, de se eleger e ser eleita; do direito à mulher de poder registrar seus próprios filhos, de trabalhar sem autorização do marido; do direito de usufruir dos próprios ganhos – tudo isso data do século XX e se consolidou com a Constituição de 1988, quando as brasileiras alcançaram a maior parte dos seus direitos e deveres. Ainda assim, elas não têm direito ao próprio corpo, não tem liberdade para decidir sobre a interrupção da gravidez (Jordão; Cabrini, 2017), além de a educação sexual ser proibida (formal ou informalmente) nas escolas públicas, como me relatam professoras e diretoras de escolas.

Com relação às tensões e conflitos no campo dos valores sociais e costumes, na sociedade brasileira e na latino-americana em geral, a família ocupa uma posição privilegiada na estrutura social, desnivelando os direitos dos homens em relação às mulheres. É justamente pela preservação da “tradicional família” que os homens acabam ocupando um lugar preponderante em relação à mulher e aos filhos, o que os leva, com frequência, a usar poder e força. O patriarcado, estruturando uma relação desigual de poder, legitima ações violentas especialmente quando a mulher deseja romper laços afetivos e de

¹ Bulgária, Tchecoslováquia, República Democrática da Alemanha, Hungria, Polônia, Romênia, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

² Antes, até o vocabulário cotidiano a ocultava. Tome-se como sintomático o uso dos termos professor e professora. O primeiro, ao longo do tempo, restringia-se aos homens que ocupavam uma posição importante e bem remunerada. Mesmo que as mulheres o exercessem, apenas se usava a forma masculina. O vocábulo aparece no feminino quando a profissão passou a ser exercida majoritariamente pelas mulheres, e se tornou uma profissão menos importante socialmente e menos bem remunerada.



convivência – como se observa nos relatos dos casos de feminicídio (Blay, 2003). A violência de gênero ocorre em todas as classes socioeconômicas e tem crescido ao longo dos anos, atingindo mulheres de todas as idades e grupos étnicos e raciais. A persistência do patriarcado mereceria uma nova série de pesquisas para entendermos como ele persiste mesmo nas camadas da população em que a figura masculina praticamente não convive com a família, pois cerca de 30% destas são compostas apenas pela mãe e seus filhos, predominantemente nas camadas de baixa renda. Os dados mostram, porém, que é nessa camada em que há aumento dos feminicídios, afetando principalmente as mulheres negras.

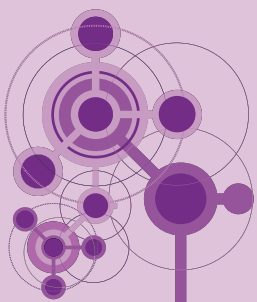
Nos últimos quatro anos (2018-2022), houve um aumento das várias formas de violência, algumas surpreendentes. Acostumados a vivermos numa ordem política organizada, modelada por um comportamento dito civilizado, passamos a ouvir e ver comportamentos que desqualificavam os direitos e a ordem civil, com o uso de uma linguagem que desclassificava os direitos e as pessoas. Quando esse comportamento parte das mais altas autoridades do governo democrático, ele corrói o respeito aos direitos dos homens, mulheres e crianças. Levaremos algum tempo para avaliar os efeitos desse comportamento desrespeitoso aos direitos humanos e o quanto ele provocou uma elevação da violência na vida cotidiana, especialmente em relação às mulheres e meninas.

Finalmente, o aumento da incorporação do feminismo em todas as áreas científicas revelou o papel da mulher na sociedade e provocou uma profunda mudança em toda a ciência. Londa Schiebinger (2001) pergunta: *o feminismo mudou a ciência?* Esse é o título de seu livro pioneiro, no qual analisa os efeitos do feminismo na Medicina, Arqueologia, Biologia, Física, Matemática, entre outras ciências. Nele, a autora mostra as inovações decorrentes quando se incorpora a mulher, seja como objeto de estudo, seja como a própria cientista; e afirma que a entrada desse fator, na Ciência, provoca um novo paradigma, uma verdadeira revolução, ao trazer novos tópicos para o saber científico. Para Schiebinger (2001, p.28) as mulheres são mais "holísticas e integrativas, mais pacientes, persistentes e atentas a detalhes". Ao incorporar as mulheres na ciência, criam-se "conturbações na ordem vigente, pois demandam profundas mudanças estruturais na cultura, nos métodos e no conteúdo da ciência" (Schiebinger, 2011, p.37).

Concorde-se ou não com os fatores apontados pela autora, a entrada do feminismo provoca novas indagações mesmo nas ciências já consagradas (como a Medicina ou a Agricultura) e nos novos campos como a Informática, a Inteligência Artificial e as Políticas Públicas. A entrada das mulheres no mercado de trabalho científico altera o antigo domínio masculino na divisão do trabalho – tema largamente estudado no mercado de trabalho industrial (Blay, 1978) e nos serviços e, agora, na informática, cibernética e demais novos campos. A inclusão da mulher ou do gênero não se dá pacificamente, e as resistências acompanham a concorrência no mercado de trabalho capitalista ou não.

Questionada, atacada ou aceita, a questão da mulher e, especialmente, do gênero tem dividido a sociedade brasileira e boa parte da sociedade latino-americana. De modo geral, há uma tendência a usar gênero como sinônimo de mulher, o que merece uma melhor definição. As médicas Dras. Elizabeth Barr e Sarah Temkin (2022), no artigo *Gender as a social and cultural variable and health*, detalham os avanços decorrentes da incorporação da dimensão de gênero sobre o conhecimento da saúde de homens e mulheres. Inicialmente, apontam que, embora se confunda muitas vezes sexo e gênero, é importante distinguir os conceitos para se avaliar o resultado das análises em que estes são usados. Tomemos as definições que elas elaboram, pois são adequadas para uso em campos além da saúde.

Para as autoras, "sexo é uma construção multidimensional baseada em um conjunto de traços anatômicos e fisiológicos, que incluem genitália externa, características sexuais secundárias, gônadas, cromossomos e hormônios" (Barr; Temkin, 2022). Portanto, sexo não cuida apenas da aparência externa de um indivíduo; sua definição aponta inclusive para os cromossomos, ou seja, nada tem a ver com a aparência de um ser humano, definido como homem ou mulher, pois o que o define é sua



constituição cromossômica. Em consequência dessa definição, decorre o próprio desenho da pesquisa que, para definir seu objeto, não pode se basear nos aspectos exteriores, mas deve levar em conta a variável biológica.

Quanto ao "gênero", a definição de Barr e Temkin (2022) estabelece que: "gênero é uma variável social e cultural que engloba vários domínios, cada um dos quais influencia a saúde: identidade e expressão de gênero, papéis e normas de gênero, relações de gênero, sexismo estrutural, poder, e igualdade e equidade". Portanto, para compreender a importância da condição de gênero na saúde (ou em outros campos), é preciso analisar os comportamentos, as desigualdades que se apresentam no cotidiano. Tomemos um exemplo de nossa vida cotidiana e que reúne expressões e comportamentos diferenciais que "atribuímos" a homens e a mulheres: suponhamos que um homem se apresenta num hospital e diz que está com dor no estômago, um certo mal-estar e uma dor no braço; ele é imediatamente levado à cardiologia sob suspeita de ataque cardíaco. Porém, quando uma mulher chega no mesmo hospital e apresenta as mesmas queixas, é encaminhada à clínica geral, pois se supõe que ela teve dissabores domésticos, brigou com o namorado, ou está tendo um ataque emocional – enquanto, na verdade, estava tendo um ataque cardíaco. Os efeitos nestes diagnósticos tardios por vezes são fatais.

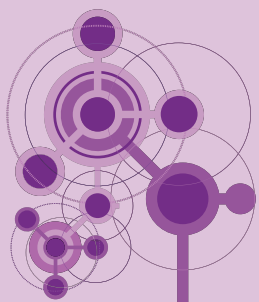
A socialização de gênero e as normas de masculinidade influenciam os comportamentos de busca de saúde de meninos e homens, além de todo o seu comportamento e o modo como são vistos na sociedade. As desigualdades estruturais de gênero limitam o acesso de meninas e mulheres aos serviços de saúde e contribuem para outras iniquidades. Raça, etnia e status socioeconômicos interagem com o gênero, influenciando além da saúde e mostrando que a abordagem deve ser interseccional.

No Brasil e em vários outros países, há uma profunda repulsa ao uso do gênero, ao qual é atribuído um significado perverso, construído a partir de uma ideologia conservadora, por vezes de segmentos religiosos. Corrêa, Alves e Jannuzzi (2006) fizeram uma ampla análise histórica e política dos ataques ao conceito de gênero, na qual revelam o papel do Vaticano na gênese da resistência. A mesma oposição foi seguida por Malta (aliada do Vaticano) e por países muçulmanos, comovimos nas reuniões da Organização das Nações Unidas (ONU). Corrêa (2003), Miskolci (2009) e Blay (2021) mostram a construção da oposição ao gênero baseada num sentimento de "ódio". Gênero passa a ser entendido como pregação da homossexualidade, da pedofilia e como difusão de perversões sexuais em crianças (o que me permito sugerir que só uma análise desse imaginário mereceria um estudo psicológico). Partindo dessa falsa premissa, é elaborado um projeto político de oposição à educação sexual nas escolas, pretendendo-se que a questão da sexualidade deva ser ensinada exclusivamente no próprio grupo familiar – o que a realidade tem mostrado que não ocorre. A moral conservadora se estende à proposta das "escolas sem partido", ao "*home schooling*" e, finalmente, à desconstrução dos direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – UM ALERTA ANTES DE TERMINAR

As eleições de 2018 ratificaram essas propostas através de uma campanha eleitoral em que foram usadas todas as mídias para diabolizar o gênero, falsificando produtos governamentais, como a cartilha do Ministério da Educação elaborada para orientação sexual, ou criando fantasmas como o "kit-gay"³. Essa mistificação se expandiu e foi reproduzida por parcela do segmento evangélico, além de pastores de várias religiões, mesclando religião com pregação política ou política partidária. Após a eleição de 2022, mesmo com a mudança de governo, será necessário reavaliar o quadro conservador descrito, pois ele provavelmente perdurará nos próximos anos.

3 Kit gay: equipamento que serviria para ensinar bebês a exercerem a sexualidade.



Do ponto de vista da ciência, o embate entre a incorporação ou exclusão do gênero é determinante para a construção do futuro. Excluída a dimensão do gênero, estaremos fadados a voltar ao passado, a repetir o já conhecido e a eliminar qualquer nova investigação. Prevalecerá o passado conservador. Com a incorporação de gênero, deverá haver avanços para novos campos de investigação, inovadoras perspectivas, discussão de valores, aprofundamento das relações raciais e dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

BARR, Elizabeth; TEMKIN, Sarah. Gender as a social and cultural variable and health. *In*: NATIONAL INSTITUTES OF HEALTH. *Director's messages*. Bethesda, 23 ago. 2022. Disponível em: <https://orwh.od.nih.gov/about/director/messages/gender-as-social-and-cultural-variable-and-health>. Acesso em: 12 set. 2022.

BLAY, Eva Alterman. A guerra contra o gênero. *Jornal da USP*, São Paulo, 22 out. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=465659>. Acesso em: 19 dez. 2022.

BLAY, Eva Alterman. *Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*. São Paulo: Ática, 1978.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.17, n.49, p.87-98, 2003. doi:<https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300006>.

BOULDING, Elise. Introduction. *In*: LIPMAN-BLUMEN, Jean; BERNARD, Jessie (ed.). *Sex roles and social policy: a complex social science equation*. London: Sage, 1979. (Sage Studies in International Sociology, v.14).

CORRÊA, Sonia. Abortion is a global political issue. *DAWN Informs Supplement*, Suva, p.1-3, 1 Mar. 2003. Disponível em: <https://dawnnet.org/wp-content/uploads/2017/12/March-2003.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2022.

CORRÊA, Sonia; ALVES, José Eustáquio Diniz; JANNUZZI, Paulo de Martino. Direitos e saúde sexual e reprodutiva: marco teórico-conceitual e sistema de indicadores. *In*: CAVENAGHI, Suzana (org.). *Indicadores municipais de saúde sexual e reprodutiva*. Rio de Janeiro: Abep; Brasília, DF: UNFPA, 2006. p.27-62.

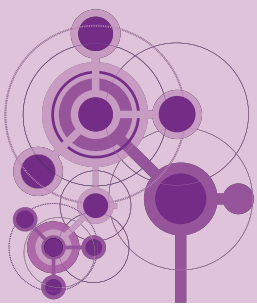
JORDÃO, Fátima Pacheco; CABRINI, Paula. A questão do aborto e as eleições de 2010. *In*: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lucia (org.). *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile – a construção das mulheres como atores políticos e democráticos*. São Paulo: Edusp, 2017. p.301-320.

MISKOLCI, Richard. A Teoria *Queer* e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, ano11, n.21, p.150-182, 2009.

SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru: Edusc, 2001.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lucia (org.). *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile – a construção das mulheres como atores políticos e democráticos*. São Paulo: Edusp, 2017.



LIPMAN-BLUMEN, Jean; BERNARD, Jessie (ed.). *Sex roles and social policy: a complex social science equation*. London: Sage, 1979. (Sage Studies in International Sociology, v.14).

REVISTA USP: Dossiê Feminismos. São Paulo: USP, n.122, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/issue/view/11276/1662>. Acesso em: 19 dez. 2022.

Artigo recebido em 13/12/2022 e aprovado em 01/02/2023.